

# Vale de Flores: espaço e construção

Espaço da antiga judiaria da vila de Portel (distrito de Évora), fundada entre os séculos XIV e XV, Vale de Flores vive sob o signo da perda frequente do património arquitectónico devido à ausência de uma política de conservação. A alteração profunda e incriteriosa de muitas habitações face às novas exigências funcionais, traduzida na introdução de elementos dissonantes, ou mesmo a demolição integral das mesmas para dar lugar a arquitecturas estranhas ao local, resultam inevitavelmente na desvalorização patrimonial do conjunto.

No entanto, subsistem ainda inúmeros exemplos de tipologias e elementos arquitectónicos primevos nos quais se observa a utilização de materiais e técnicas seculares, hoje, infelizmente, em extinção. Juntamente com o seu urbanismo e significado histórico, Vale de Flores permanece um espaço único, com características muito próprias, que urge preservar. Por: Ana Cláudia Martins<sup>1</sup> e Ana Pagará<sup>2</sup>



Ana Cláudia Martins



Ana Pagará

## Nota histórico-urbanística

O conjunto de Vale de Flores foi implantado na encosta orientada a Sul do castelo, mais propriamente na perpendicular em relação à vila medieval muralhada de Portel. Encontra-se numa situação topográfica (à partida) menos propícia à ocupação humana, dada a inclinação que o terreno apresenta (na ordem dos 15-20 por cento). O solo é rico em afloramentos rochosos, essencialmente de natureza xistosa.

O espaço de Vale de Flores foi constituído através do cruzamento, em ângulo recto, de três eixos viários, originários da muralha que envolve o núcleo urbano inicial de Portel (século XIII), com o prolongamento de outros três, concêntricos, constituintes da malha urbanística da vila medieval extra-muros (séculos XIV/XV). Definiram-se, deste modo, quarteirões de configuração aproximadamente rectangular (dada a topografia), dando origem a uma malha ortogonal.

As características morfológicas deste conjunto levam a crer que se trata de uma zona implantada mediante um plano urbanístico, baseado nos princípios formais das famosas "bastides" francesas. Este modelo de urbanização foi muito aplicado em Portugal, a partir de finais do século XIII, em novas zonas de expansão dos núcleos urbanos e essencial-

mente na criação de arrabaldes, pré-destinados a um determinado tipo de ocupação.

No caso de Vale de Flores, o plano urbanístico ortogonal terá sido criado para receber um grupo social que, por regra, vivia apartado da restante população: o judaico. A judiaria situava-se assim - e logicamente - no extremo oposto ao do desenvolvimento natural da vila (que se realizava no sentido de Évora, para norte), junto a uma porta do seu espaço muralhado, da qual partia a estrada de Moura, eixo fundamental nas relações comerciais coevas.

Curiosamente, e apesar do sítio de Vale de Flores se encontrar, já desde o século XIX, integrado no tecido urbano da vila, subsiste-lhe ligada uma certa ideia de marginalização, à semelhança do que aconteceu aquando da sua formação: se outrora foi a diferença de credos o factor que conferiu a Vale Flores uma conotação negativa (na Idade Média, os judeus são encarados como um "mal necessário", dada a actividade profissional que exercem, sobretudo ligada ao comércio e a práticas financeiras, condicionadores do desenvolvimento urbano), hoje talvez se deva, na sua generalidade, ao escalão etário (a maioria da população é idosa) e ao nível sócio-económico (menos favorecido) de



Pormenor do sistema construtivo e Rua do Vale de Flores, um dos conjuntos característicos subsistentes.

quem o habita. Com efeito, terá sido a conjugação de todos estes factores que tem garantido a preservação de muitas das suas particularidades.

### As habitações: materiais e técnicas

Em Vale de Flores, os lotes desenvolvem-se normalmente em profundidade: apresentam, muitas vezes, duas frentes, ocupando o quarteirão em toda a sua largura: a habitação para a rua principal e o quintal para uma secundária. Nalguns casos, e mais recentemente, o crescimento da população e a forte procura de terrenos para construção no interior da vila, levaram à ocupação destas zonas de quintal por novas habitações ou pela ampliação das já existentes.

Quanto à volumetria, encontram-se edifícios de um a dois pisos. A habitação de um piso funciona num espaço de três a quatro divisões subsequentes, realizando-se a circulação entre elas directamente ou através de um corredor encostado a um extremo da habitação. No caso da habitação de dois pisos, a organização espacial consiste no prolongamento – ou mesmo evolução – da tipologia original de um piso. A sua (quase) dupla altura, não constituiu problema de integração num conjunto onde predomina a habitação de um piso único, na medida em que o impacto da sua volumetria é atenuado pelo declive do terreno.

Logo no período da fundação de Vale de Flores, o sistema construtivo que se adoptou nos edifícios definiu-se naturalmente pela conjugação das características do terreno com a natureza dos materiais disponíveis. O elemento primordial de construção, ao qual se encontram associadas as alvenarias mistas, de pedra xistosa e tijolo, é a taipa. Aliado ao urbanismo, este material veio condicionar o tipo de implantação dos edifícios nos quarteirões (forma e dimensão) e a volumetria que estes adoptaram.

As fundações assentam directamente em caboucos abertos na rocha ou no terreno, neste caso até se encontrar suporte resistente. São executadas em alvenaria de pedra irregular e chegam a subir cerca de metro e meio do nível do pavimento, ponto a partir do qual é aplicada a taipa. Com espessuras que variam entre 40 a 60 centímetros, as paredes de taipa são formadas por blocos de dimensão regular, colocados lado a lado, em fiadas desencontradas, encostando-se em ângulo recto nas zonas de cunhal. Na sua composição,

observa-se uma componente considerável de fragmentos de pedra xistosa. Toda a estrutura é autoportante e as forças descarregam uniformemente nas fundações contínuas.

As fachadas são caracterizadas por uma escassez generalizada de vãos e pela presença de um corpo saliente que veio imprimir alguma verticalidade ao conjunto, a chamada "chaminé de escuta". A chaminé persiste como o elemento que mais tem sido sistematicamente sacrificado, uma vez que acabou por perder a sua função inicial. Se, em alguns casos, o interior da chaminé é transformado em espaço de cozinha, com a introdução do fogão, noutros, e mais gravemente, verifica-se a sua amputação, restando apenas o pano exterior saliente como elemento decorativo das fachadas. Quanto aos vãos, constata-se que, originalmente, o único vão aberto para a rua é o da porta de acesso à habitação. Normalmente, a porta é constituída por uma ou duas folhas de carpintaria de qualidade e sempre com postigo para iluminação e ventilação. O acesso à habitação faz-se por degraus, de configuração irregular, através dos quais se procura dar resposta à topografia.

No interior de algumas habitações, ainda subsistem vãos do período da fundação de Vale de Flores. Estes são em arco quebrado, construídos em tijolo "de burro" e localizam-se sempre na passagem da sala de entrada para a divisão subsequente. Os outros vãos de porta existentes, quer no interior quer no exterior, são mais tardios (substituindo os anteriores), e assumem a forma de arco abatido ou em ângulo recto, com lintel de pedra ou madeira. Nalguns casos, no exterior, apresentam emolduramentos em cantaria. A estes vãos surge sempre associado um elemento de reforço estrutural, feito em tijolo, o arco de ressalva. É de salientar a subsistência de um portal com dois arcos conupiais geminados, em cantaria, que se assume como o único (até à data conhecido) vestígio do período manuelino neste espaço.

O reforço estrutural é também aplicado nos panos interiores das chaminés no caso das habitações de dois pisos, ao nível superior. Consiste num alargamento da espessura do muro através de arcarias cegas autoportantes.

Os sistemas de acesso ao piso superior da habitação (quando existe) são constituídos apenas por um lanço de degraus, caracterizado por uma inclinação acentuada e constituído em maciço de alvenaria, rebocado a betonilha e pintado, normalmente de vermelho escuro. Este tipo de acesso, adossado na



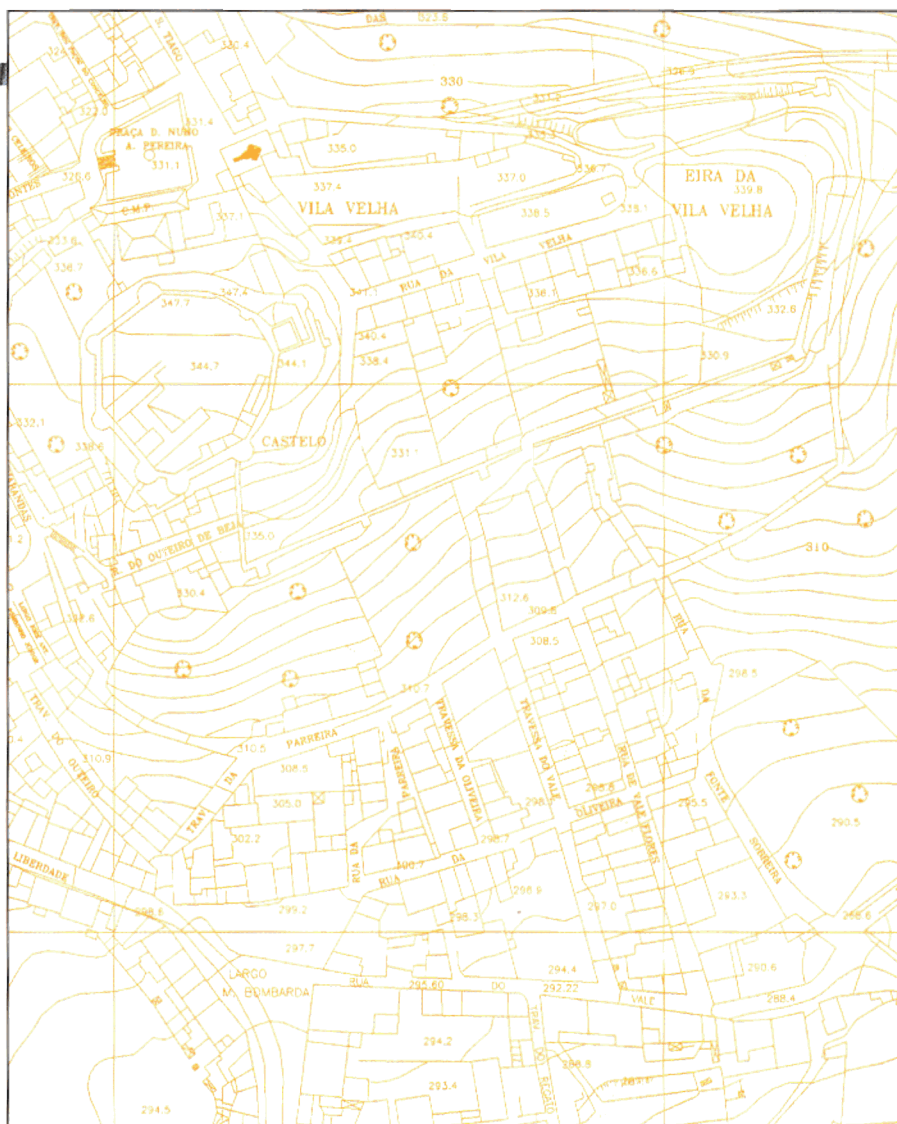
própria parede da habitação, permitia também o melhor aproveitamento espacial do interior.

Os revestimentos interiores e exteriores que caracterizam estas construções são à base de cal. A caiança sistemática verificada ao longo dos séculos conferiu às fachadas e paredes interiores das habitações uma textura muito particular, de carácter irregular, que não é mais do que o espelho dos materiais e das técnicas utilizados há centenas de anos. Infelizmente, a secular imagem tipo das fachadas e paredes interiores de Vale de Flores está literalmente a desaparecer, graças à recente moda de "endireitar" ou alinhar as paredes com a remoção dos antigos rebocos (muitas vezes em relativo bom estado de conservação) e a aplicação de rebocos novos, desprovidos de qualquer expressão.

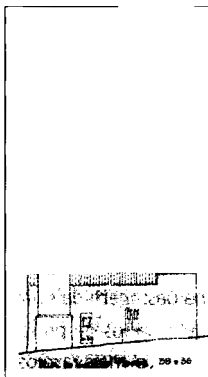
As construções apresentam telhados de duas águas, sendo a estrutura de suporte da cobertura geralmente em madeira de choupo. O sistema construtivo, comum nesta região, consiste na aplicação de uma trave mestra na cumeeira, onde assentam os barrotes que sustentam forro ou apenas ripas de madeira, que por sua vez servem de base de assentamento para a telha de canudo. Nota-se um especial cuidado na execução da cobertura com vista a evitar que o material de construção fique sujeito a infiltrações, o que afectaria a estabilidade do edifício.

Actualmente, os habitantes de Vale de Flores (na sua maioria herdeiros directos destes espaços) sentem a necessidade legítima de usufruir de condições básicas de habitabilidade, como, por exemplo, a existência de uma cozinha e sala independentes (uma vez que a divisão da entrada acumulava estas duas funções), ou mesmo de uma instalação sanitária (outrora inexistente), o que implica a introdução de novos programas funcionais em espaços definidos em concordância com funcionalidades e modos de vida ultrapassados.

A solução tem passado pela concretização de intervenções profundamente descaracterizantes e até mesmo pela demolição, em favor de "arquitecturas" dissonantes, sem qualquer qualidade, e por isso prejudiciais à leitura do conjunto na sua verdade intrínseca. A destruição de vestígios importantíssimos para o conhecimento e compreensão de todo o espaço tornou-se, infelizmente, uma constante, tal como a introdução de elementos arquitectónicos que desfiguram as tipologias características e a utilização generalizada



Planta de localização da Judiaria em Portel



de materiais e técnicas recentes (se comparadas com a cronologia de Vale de Flores) que, dada a sua comprovada incompatibilidade com os ditos tradicionais, provocam o surgimento de graves patologias (como é o caso dos rebocos à base de cimento). Já para não falar especificamente de todos os outros problemas de autenticidade que estão implicados...

O estudo histórico-urbanístico e a análise arquitectónica do sítio de Vale de Flores, ainda em realização, têm aberto linhas de trabalho que sustentam a ideia de que é possível dar resposta às exigências habitacionais mínimas contemporâneas sem que se coloque em causa a autenticidade das construções e dos espaços por estas definidos. É nesse sentido que se prepara a elaboração de uma proposta de directriz específica de conservação para o sítio da antiga judiaria de Portel.

<sup>1</sup> Arquitecta. Actualmente, exerce funções de técnica superior no GTL Portel.

<sup>2</sup> Licenciada em História, variante de História da Arte. Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico e doutoranda em Conservação do Património Arquitectónico.

É neste momento, técnica superior do GTL Portel.

## BIBLIOGRAFIA:

GASPAR, JORGE. (1969) "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média". *Finisterra - revista Portuguesa de Geografia*, vol. IV, n.8. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos - FLUL. pp. 198-215.

ROSSA, WALTER. (1999) "A Cidade Portuguesa". PEREIRA, PAULO (Direcc.). *História da Arte Portuguesa*, vol. III. Lisboa. Temas e Debates. pp. 233-323.

TEIXEIRA, MANUEL VALLA, MARGARIDA. (1999) *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal - Brasil*. Lisboa. Livros Horizonte.